foto: Divulgação/Facebook

FAÇA PARTE

FILHO DO PRESIDENTE DO PSDB DO PARANÁ TEM CARREIRA METEÓRICA COMO "REI DO LIXO"

Ademar Traiano Júnior tem contratos milionários em dez cidades e, agora, disputa – com suspeitas de favorecimento – um negócio de R$ 51 milhões na quarta maior cidade do estado.

Rafael Moro Martins
20 de mar de 2018, 04h00

AOS 36 ANOS, Ademar Luiz Traiano Júnior é sócio de duas empresas de coleta e destinação lixo urbano no Paraná. O sucesso dos empreendimentos sugere que o jovem é um prodígio do mundo dos negócios, mas o Ministério Público Estadual está investigando outra hipótese: a de que ele estaria sendo beneficiado pelo bom relacionamento do pai nos círculos políticos paranaenses. O empresário é filho do presidente do diretório estadual do PSDB e da Assembleia Legislativa do Paraná, o deputado estadual Ademar Traiano.

Uma das empresas, a MTX Ambiental, é dona de 23 contratos em dez municípios do estado, que somam R$ 4,8 milhões.

Os tucanos estão no poder no governo do Estado e na prefeitura de Ponta Grossa, onde Traiano Júnior tem negócios. Uma das empresas, a MTX Ambiental, é dona de 23 contratos em dez municípios do estado, que somam R$ 4,8 milhões. Os dados foram pesquisados por The Intercept Brasil no site do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Em maio, o tribunal multou a prefeitura de Arapoti por favorecer a MTX numa concorrência emergencial que ela venceu. Não houve nenhuma sanção, porém, à firma do filho do deputado.

Para o Ministério Público do Paraná, outra empresa de Traiano Júnior, a Ambiental Campos Gerais Gerenciamento de Resíduos Sólidos, aberta em 2016, pode estar sendo favorecida em uma concorrência que irá escolher um novo aterro sanitário em Ponta Grossa, quarta cidade mais populosa do estado, com 344 mil habitantes, num negócio de R$ 51 milhões. No último dia 19, o promotor de Justiça Honorino Tremea abriu inquérito para apurar se a licitação está sendo direcionada para a vitória da Ambiental Campos Gerais.

> "Não há elementos que indiquem a empresa [de que Traiano Júnior é sócio] será a vencedora do procedimento licitatório que ainda ocorrerá (A NÃO SER QUE TAL PROCESSO LICITATÓRIO SEJA ILEGALMENTE DIRECIONADO PARA BENEFICIAR UMA EMPRESA)",

anotou, no despacho em que determinou o inquérito, o promotor Tremea, antes de questionar por que um órgão do governo do estado correu para conceder uma licença – que pode ser decisiva – à Ambiental Campos Gerais. O destaque em letras maiúsculas é do próprio promotor.

É uma trajetória notável para alguém que só entrou no negócio do lixo em 2010, mesmo ano em que a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que obrigou os municípios a extinguir os lixões e dar outra destinação aos resíduos foi aprovada. Antes disso, entre 2000 e 2006, vivia sob as asas do pai (deputado estadual desde 1990) como ocupante de cargo em comissão na Assembleia Legislativa. Traiano Júnior tinha 19 anos quando começou a receber salários do parlamento e 25 quando deixou o cargo.

É uma trajetória notável para alguém que só entrou no negócio do lixo em 2010.

Durante 22 meses, entre 2002 e 2003, seus contracheques superaram o teto constitucional. Por conta disso, o pai, em julho passado, aceitou fechar um termo de ajustamento de conduta com o MP para devolver aos cofres públicos o dinheiro que o filho recebeu acima do teto – exatos R$ 356 mil, em valores atualizados. Os pagamentos começaram em janeiro passado. Serão 36 parcelas mensais de R$ 9,9 mil.

Negócio de oportunidade

Ponta Grossa está à beira de uma calamidade por conta do esgotamento da capacidade do aterro do Botuquara, onde deposita seu lixo urbano. Em junho 2015, o Ministério Público e a prefeitura firmaram um acordo para que o problema fosse resolvido em dois anos. O município considerou, inicialmente, implantar uma usina térmica para processar os resíduos.

Em 2017, reeleito, Marcelo Rangel, um radialista então filiado ao PPS (mudou-se recentemente para o PSDB, a convite de Ademar Traiano), assumiu seu segundo mandato na prefeitura da cidade. Não demorou muito a colocar de lado a ideia da usina térmica e definir a contratação de um aterro privado como prioridade.

"Através de uma análise de estudos técnicos, identificou-se que o custo para implantação da usina com tratamento térmico seria inviável, uma vez que o custo seria cerca de R$ 950 a tonelada do lixo tratado, versus cerca de R$ 100 a tonelada em um aterro sanitário. Como o acordo com o MP estava próximo do vencimento, a alternativa de terceirizar o destino final se mostrou mais viável", justificou a assessoria da prefeitura.

"O que a gente defende aqui hoje é a possibilidade de a iniciativa privada empreender uma solução para Ponta Grossa"

Em junho passado, venceu o prazo dado pelo MP ao município. Como nada fora resolvido, os promotores deram mais 14 meses de prazo, mas ressalvaram que a situação emergencial do Botuquara – àquela altura, à beira do esgotamento e já vazando chorume – não poderia justificar que um novo aterro fosse contratado sem licitação.

Aterro sanitário destacado na página da MTX Ambiental, que mantém 23 contratos no Paraná.
foto: Divulgação/MTX Ambiental

Dias antes, a Câmara Municipal convidara o ex-deputado federal Luciano Pizzatto, um engenheiro ambiental filiado ao DEM, para uma audiência pública sobre o problema do lixo. Ele foi direto ao ponto: "O que a gente defende aqui hoje é a possibilidade de a iniciativa privada empreender uma solução para Ponta Grossa", disse, segundo o jornal Diário dos

Campos. "Vocês têm [na cidade] uma solução única no Brasil, com a Pedreira Boscardin, que consiste em um buraco praticamente 'encapsulado."

Uma fonte que não quer ser identificada e que teve acesso, até há pouco tempo, aos bastidores da Secretaria do Meio Ambiente, informou a The Intercept Brasil que a aparição de Pizzatto em Ponta Grossa foi um pedido de Traiano. Segundo nome na hierarquia da Assembleia Legislativa, o primeiro secretário Plauto Miró Guimarães , do DEM, responsável pela administração da casa, reforçou o pedido.

Autorização urgente

A Pedreira Boscardin pertence à família Hayar, dona de um grupo econômico importante em Ponta Grossa chamado Arena. E o conglomerado é sócio de Ademar Traiano Júnior na Ambiental Campos Gerais. Como já ficou claro, transformar a Pedreira Boscardin num aterro sanitário é o trunfo da Ambiental Campos Gerais para ganhar o vultoso contrato de R$ 51 milhões.

Pedreira Boscardin: "um buraco praticamente", pronto para receber o lixo de Ponta Grossa.
foto: divulgação/Pedreira Boscardin

No início de fevereiro, o Instituto Ambiental do Paraná (IAP), equivalente estadual do Ibama, emitiu a Autorização Ambiental Emergencial número 48.523 para a Pedreira Boscardin. Justificou a urgência brandindo o acordo firmado em 2015 e renovado em 2017, entre prefeitura e MP, para uma solução para o lixo em Ponta Grossa. Foi aí que o promotor Honorino Tremea achou que algo poderia estar errado.

"A Ambiental Campos Gerais não foi parte na execução judicial referida, tampouco possui relação contratual com o município (...). Não há nada que justifique a suposta urgência para a emissão de autorização ambiental. (...) O acordo não vincula nenhum empreendimento de aterro sanitário – e nem poderia fazê-lo – para destinação de resíduos sólidos urbanos", ele escreveu ao pedir explicações a prefeitura, IAP e Ambiental.

Questionado pela reportagem, o Instituto Ambiental se defendeu. Disse que a autorização emergencial "tem o único objetivo de aprovar a viabilidade da área para possível recebimento de resíduos sólidos urbanos". Na nota enviada pela assessoria, o órgão defende a Pedreira Boscardin como solução "mais adequada" para a prefeitura, uma vez que o licenciamento de uma outra área, que pertence a uma empresa concorrente da Ambiental Campos Gerais, foi suspenso por uma ação judicial.

O Instituto Ambiental, vale lembrar, é um órgão do governo do estado, administrado por Beto Richa, do PSDB, partido presidido pelo pai de Traiano Júnior. E o deputado e presidente da Assembleia, como se verá adiante, tem bom trânsito em órgãos do poder Executivo.

Licitação suspensa

No entanto, a licitação que pode confirmar a vitória da Ambiental Campos Gerais, marcada inicialmente para o último dia 22, está suspensa por seis pedidos de impugnação. O processo foi interrompido depois que três empresas de coleta de resíduos (entre elas a própria Ambiental Campos Gerais e a gigante Estre, autodenominada "maior empresa de serviços ambientais do Brasil"), uma organização não-governamental, um grupo de três vereadores (um deles da situação) e um morador local pediram a suspensão da licitação.

Os pedidos alegam que que o edital não respeita regras da Política Nacional de Resíduos Sólidos nem tampouco uma lei municipal que exige a adoção de tratamento térmico para o lixo urbano. Mas também há reclamações de que a modalidade adotada pela prefeitura para a concorrência, na qual o aterro mais próximo do centro da cidade ganha mais pontos, obriga quem pretende levar os resíduos para longe a reduzir sensivelmente o preço.

"Do jeito que o edital foi elaborado, quem não tem aterro em Ponta Grossa não compete em pé de igualdade, porque teria forçosamente que incluir um custo adicional de transporte", aponta Patrícia Tuma Hilgemberg, ex-secretária municipal do Meio Ambiente, defensora da adoção de uma usina térmica e auxiliar dos três vereadores no pedido de impugnação.

O edital determina que quem tem aterros localizados a mais de 25 m do centro da cidade precisa colocar na proposta um custo adicional de R$ 5,98/km. A Estre, por exemplo, opera um aterro em Fazenda Rio Grande, na região metropolitana de Curitiba, distante 139 km de Ponta Grossa. "Na prática, quem não tem aterro aqui está fora da competição", resume a ex-secretária.

"Um político de terceiro escalão"

Ademar Traiano é político desde 1982, ano em que se elegeu vereador na pequena Santo Antônio do Sudoeste, cidade de 18,9 mil habitantes a 650 km de Curitiba. Três anos depois, virou prefeito. Formado em Direito, tornou-se, nesse meio tempo, empresário do setor de confecções – sua empresa, a Traiano Multi Griffes, usa a marca Traymon e diz, em seu site, empregar 320 pessoas e produzir 30 mil peças por mês.

Em 1990, ele ganhou o primeiro de seus sete mandatos consecutivos como deputado estadual. Mas só ganhou algum protagonismo a partir de 2010, quando Richa, recém-eleito, o fez líder de seu governo. "Até ali, ele era um político de terceiro escalão", disse um observador da cena política do sudoeste do Paraná, onde Traiano fez sua carreira – a fonte pediu sigilo por trabalhar próxima a prefeitos e deputados da região.

Cinco anos depois, se tornou presidente da casa. Seu mandato é pontuado por cenas constrangedoras. Logo nos primeiros dias, usou suas redes sociais para apresentar três jovens assessoras do gabinete que, de pé, em pose de modelos, cercavam um sorridente Traiano, sentado em sua cadeira de trabalho. "As três chegam muito cedo e vão embora depois de todo o pessoal. São responsáveis pelo primeiro atendimento a todo mundo que chega aqui." Criticado por machismo, tirou o post do ar, dizendo-se "profundamente indignado" por ter sido "instrumento involuntário desse incidente lamentável".

Governador em exercício, visitou Francisco Beltrão, sua cidade natal e maior município da região, com pompa e circunstância. Foi precedido de um exagerado esquema de segurança, ridicularizado pela população local. "O cara é deputado e anda na rua normalmente. Aí vira governador por uns dias e precisa disso pra vir aqui", zombou uma moradora ao jornalista Rogerio Galindo, da Gazeta do Povo, principal colunista de política do estado.

> **Na famosa planilha com nomes de políticos da Odebrecht, Ademar Traiano é conhecido pelo apelido de Praia.**

Em abril de 2015, quando a polícia usava helicópteros para atirar bombas de gás contra professores que protestavam contra mudanças na previdência, num episódio que ficou conhecido como Massacre do Centro Cívico, Traiano deu de ombros e fez o que o governo queria. "As bombas são lá fora, vamos tocar a votação aqui dentro", anunciou. As mudanças desejadas por Richa foram aprovadas.

Menos pitorescas e mais graves são as menções a Traiano em delações premiadas das operações Quadro Negro (que investiga desvio de dinheiro público em obras de escolas

públicas no Paraná) e Lava Jato. Eduardo Lopes dos Santos, dono da construtora Valor, que tocou as obras investigadas na Quadro Negro, disse ao MP ter feito quatro pagamentos de R$ 100 mil a Traiano entre 2014 e 2015. "Na minha mala tinha a quantia de R$ 300 mil. Quando eu abri para tirar os R$ 100 mil do deputado, ele viu que tinha mais dinheiro e disse: 'Não pode me dar mais?'", narrou Lopes dos Santos aos procuradores. "Eu falei que aquele dinheiro já estava comprometido para a campanha do governador."

Foi a Traiano, também, que Lopes dos Santos diz ter recorrido assim que teve a prisão relaxada, em agosto 2015. "Eu fiquei preso durante dez dias. Na segunda-feira seguinte à minha colocação em liberdade, fui direto no gabinete do deputado Ademar Traiano. Conversamos sobre minha prisão e as apreensões feitas pela polícia, no que ele me perguntou: 'Quais mensagens nossas tinha lá no seu celular?', e eu expliquei que tinha deixado uma conversa em que ele falava que estava com o diretor-geral da Seed (Secretaria de Estado da Educação) e tratávamos sobre o pagamento das notas federais. O deputado Traiano me tranquilizou dizendo que a situação já estava sob controle, dando a entender que as conversas haviam sido apagadas."

Na famosa planilha com nomes de políticos da Odebrecht, Ademar Traiano é conhecido pelo apelido de Praia. Executivos da empreiteira disseram à Lava Jato ter repassado R$ 50 mil ao tucano, em 2010.

"Não sou malandro, negão"

Era por volta das 20h do dia 15 de fevereiro quando recebi um telefonema. Era Ademar Traiano. Ele me perguntava o que eu queria saber quando ligara, horas antes, para a assessora de imprensa da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano.

Eu tinha perguntado à assessora sobre o destino de três barracões construídos em Santo Antônio do Sudoeste – dois deles a fundo perdido – para empresas de confecção que nada tem a ver com o negócio de Traiano. Ao que parece, a assessoria achou que Traiano deveria saber daquilo. "Tenho minha empresa desde 1987. Não sou malandro, negão", me disse o político, falando em tom agressivo. "Da próxima vez, ligue direto para mim", desafiou-me. Quando lhe pedi para marcamos uma entrevista pessoalmente, ele retrucou seco: "Não marco entrevistas".

O deputado, procurado para esclarecer pontos dessa reportagem, não atendeu a The Intercept Brasil nem respondeu às perguntas que foram enviadas para seu celular. Sua assessoria, que também recebeu as indagações, disse o seguinte: "O deputado afirmou que não há nenhuma irregularidade nas licitações. E que você pode procurar as prefeituras para maiores esclarecimentos. Não cabe a ele falar sobre o assunto." Tampouco Traiano Júnior quis falar. Na última sexta-feira, ele disse que responderia às perguntas por e-mail. Não o fez até o fechamento deste texto.

**Correção: Anteriormente, esta matéria informava que Marcelo Rangel havia assumido a Prefeitura de Ponta Grossa em 2017. Na verdade, ele a assumiu em 2013.*